

A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E CIÊNCIA DA RELIGIÃO

The relationship between History and Science of Religion



<https://doi.org/10.23925/ua.v25i40.56776>

Rodrigo Henrique Ferreira da Silva¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar os elementos em comum entre duas áreas das Ciências Humanas, a saber: a Ciência da Religião e a História. A partir de textos de ambas as áreas, procuramos as características que aproximam as disciplinas em estudo, em detrimento de eventuais outras que possam afastá-las. Buscamos, ainda que brevemente, retratar as principais transformações das duas áreas no século XX, em especial aquelas vividas pela produção historiográfica, haja vista se tratar de um texto de Ciência da Religião. Veremos assim, como, apesar das diferenças inerentes aos próprios objetos de estudo, essas duas áreas possuem semelhanças do ponto de vista histórico e metodológico.

Palavras-Chave: História; Historiografia; Ciência da Religião; Interdisciplinaridade.

Abstract

This article aims to analyze the elements in common between two areas of the Human Sciences, namely: the Science of Religion and History. Based on texts from both areas, we seek the characteristics that bring the disciplines under study together, to the detriment of any others that may separate them. We seek, even if briefly, to portray the main transformations of the two areas in the 20th century, especially those experienced by historiographic production, since this is a text of the Science of Religion. We will thus see how, despite the differences inherent to their own objects of study, these two areas have similarities from the historical and methodological point of view.

Keywords: History; Historiography; Science Religion; Interdisciplinarity

¹ Mestrando em Ciência da Religião PUC-SP. Graduado em História. Bolsista da CAPES.

 0000-0001-6022-4506, rodrigo_henrique@hotmail.com

Introdução

O texto abaixo surgiu a partir de uma experiência pessoal. Anos atrás, uma roda de amigos do curso de especialização em História, Sociedade e Cultura da PUC-SP discutia sobre a Ciência da Religião. Ora, para aquele grupo de historiadores, aos quais me incluo, apesar de tênues, as fronteiras entre a História e outras disciplinas como a Sociologia ou a Antropologia eram claras. Também os objetos de estudo daquelas áreas pareciam mais evidentes. Mas, e a Ciência da Religião? O que ela estudaria que já não fosse contemplado pela História das Religiões, Sociologia da Religião, Antropologia, Psicologia ou Teologia? Quais seriam seus métodos, suas especificidades?

Percebe-se o profundo desconhecimento da Ciência da Religião por parte daquele grupo. Contudo, quis as contingências da vida que anos mais tarde eu migrasse para a CRE, como a Ciência da Religião doravante será aqui chamada, a fim de cursar o mestrado.

E qual minha surpresa ao me deparar com afirmações do tipo: “Campos disciplinares distintos como a Antropologia, a História, a Geografia, a Economia, e a Sociologia compõem esse campo maior das Ciências Sociais e integram como subdisciplinas a Ciência da Religião” (ROSADO, 2013, p. 187). Nada mais chocante, para minha visão bairsta enquanto historiador, do que ver a História como uma subdisciplina de outra área.

Hoje, já sem o assombro inicial, retorno ao tema. O presente texto tem por objetivo analisar alguns pontos em comum entre a História e a Ciência da Religião, tanto do ponto de vista epistemológico como metodológico, especialmente em relação às transformações sofridas pela historiografia no último século. Para tanto, tomaremos por base textos de importantes autores de ambas as áreas.

Este artigo tem por *locus* a Ciência da Religião. Consideramos assim que, em boa medida, a trajetória dessa disciplina é conhecida do leitor. Por isso, discutiremos mais longamente acerca da historiografia, especialmente nas transformações sofridas por essa ao longo do século XX e em que medida ela se aproxima da Ciência da Religião. No que diz respeito a CRE, tomaremos por fonte diversos textos contidos no *Compêndio de Ciência da Religião*, organizado pelos professores Frank Usarski e João Décio Passos. Quanto à

História, nos basearemos em autores como Peter Burke, Eric Hobsbawn, Marc Bloch, dentre outros.

1 A história da História: as transformações da historiografia

A palavra História pode assumir diferentes significados a depender do contexto em que é empregada. Ciro Flamarion Cardoso elenca ao menos três sentidos para o termo: (1) um conjunto de fatos e processos ocorridos dentro de um determinado recorte temporal, geográfico ou institucional, exemplo: história do Brasil ou a história da minha vida. Pode também designar (2) uma disciplina, cujos especialistas são os historiadores. Por fim, pode ainda nomear (3) um conjunto de obras, tais como História Geral da Civilização Brasileira ou a História da Vida Privada (CARDOSO, 1981, p. 25-26). Aqui nos ocuparemos da História enquanto disciplina acadêmica, definida na clássica fórmula de Marc Bloch como “Ciência dos homens, no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55).

Naturalmente, o interesse histórico, entendido como o interesse pelo que é antigo, pelo passado, é manifesto desde Antiguidade. Vale aqui lembrar de nomes como Heródoto ou Tucídides, dentre tantos outros autores greco-romanos que se dedicaram ao tema. Contudo, tal como a Ciência da Religião, a História se consolidou como disciplina acadêmica no século XIX. Como a grande maioria das ciências surgidas naquele século, era fortemente marcada pela influência do Positivismo e pelo Historicismo (CARDOSO, 1981, p. 30-31). Segundo João Camilo de Oliveira Torres, o Positivismo seria a corrente de pensamento marcante daquele período: “Quando dizemos positivismo, entendemos logo duas coisas, ligadas por uma relação de parte e de todo, de gênero dentro da espécie. É a filosofia e a religião de Augusto Comte e o *modo próprio de encarar a existência e os valores peculiares ao século XIX*” (TORRES, 2018, p. 24, grifo nosso).

Peter Burke elenca alguns pontos característicos dessa forma de produzir História característica do século XIX, também chamada de Escola Metódica, ou Rankeana². Segundo

² Em referência ao historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886). Apesar de seu nome ser utilizado para designar um método de se produzir História, Burke esclarece que: “este [Ranke] estivesse menos limitado por ele [método rankeano] que seus seguidores. (Assim como Marx não era um marxista, Ranke não era um rankeano)” (BURKE, 1992, p. 10.)

o autor, a História seria na visão dessa corrente: essencialmente (a) política, especialmente voltada aos Estados nacionais; (b) narrativa, focada nos grandes acontecimentos; (c) nominal, preocupada com os grandes feitos de grandes homens, ou seja, estadistas, generais, altos eclesiásticos, etc.; (d) documental, baseada em documentos, que devem ser entendidos como documentos escritos, preferencialmente de origem estatal e (e) objetiva, ou seja, “a tarefa do historiador é apresentar aos leitores os fatos, ou, como apontou Ranke em uma frase muito citada, dizer ‘como eles realmente aconteceram’” (BURKE, 1992, p. 15).

Essa forma de pensar e fazer História tornou-se o “paradigma tradicional” da disciplina no século XIX e início do XX, ou seja, foi considerada a “maneira correta de se fazer história, ao invés de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado” (BURKE, 1992, p. 10). Contudo, já nas primeiras décadas do século XX, a historiografia passou por profundas transformações, promovidas principalmente pelos historiadores franceses ligados à revista dos *Annales d’Histoire économique et sociale*, publicada a partir de 1929 em Estrasburgo. Destacaram-se, nesse primeiro momento, nomes como Lucien Fabvre e Marc Bloch. Posteriormente, outros importantes nomes da historiografia francesa participaram da revista, como Fernand Braudel, Jacques Le Goff, Pierre Nora e Roger Chartier.

Cada autor, grupo ou geração desta nova corrente possui características próprias. Porém generalizaremos algumas delas. Peter Burke, elenca algumas das principais diferenças entre a Escola Metódica e a Nova História (corrente historiográfica francesa herdeira das transformações promovidas pelos *Annales*, ainda que nem todos seus autores mantivessem vínculos com a revista), aos quais tomamos a liberdade de acrescentar alguns outros elementos.

Se na corrente metódica a História era essencialmente política, a partir dos *Annales* passa-se a falar em História total, que poderia ser resumida na frase “tudo tem história”. Dessa forma, diversos temas de pesquisa outrora descartados passaram a interessar aos historiadores: a infância, a morte, a loucura, o corpo, a leitura, numa lista que poderia se prolongar. Vale aqui ressaltar que essa ampliação se deu graças a percepção de que, antes, o que “era previamente considerado imutável é agora encarado como uma construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 1992, p. 11). Posteriormente trataremos do relativismo cultural implícito nessa abordagem.

A partir dos *Annales*, a História deixa de ser narrativa e passa a se organizar a partir de problemas, “a afirmação de uma história-problema é o elemento essencial do paradigma dos *Annales* desde 1929, já que, hoje ainda, a uma questão de Bernard Pivot, no *Apostrophes*, pedindo a definição em uma palavra da Nova História, Jacques Le Goff responde: ‘A Nova História é uma história-problema’” (DOSSE, 2003, p. 114).

Da mesma forma, deixa de se concentrar em acontecimentos e passa a focar na análise de estruturas e processos de longo prazo: “O tempo breve dos regimes e dos reinos foi substituído pelo tempo longo. O historiador tende a privilegiar aquilo que dura, aquilo que se repete para poder estabelecer os ciclos longos, as tendências seculares” (DOSSE, 2003, p. 114). Percebe-se claramente isso no conceito de longa duração, desenvolvido por Fernand Braudel, especialmente na obra *O Mediterrâneo* (BRAUDEL, 1978). Além do mais, a Nova História deixa de focar nos grandes personagens e adota uma perspectiva “vista de baixo”, ou seja, passa a se concentrar nas “opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social” (BURKE, 1992, p. 13), ainda que nem sempre seja fácil definir quem constitui esse “baixo”.

Se antes apenas os documentos escritos de origem predominantemente estatal eram aceitos como fonte para o historiador, a partir dos *Annales* e com a ampliação dos temas e sujeitos pesquisados, o conceito de fonte necessariamente se expandiu: “se os historiadores estão mais preocupados que seus antecessores com uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma maior variedade de evidências” (BURKE, 1992, p. 14). Portanto, qualquer elemento a partir do qual se pode extrair informações sobre a atividade humana, ainda que indiretamente, passou a ser considerado como fonte. Isso inclui a cultura material, pinturas, fotos, músicas, jornais, entrevistas orais etc.

Por fim, questiona-se a pretensa objetividade da historiografia rankeana, baseada nas ideias positivistas de que “há uma definição clássica de espírito positivo que Augusto Comte teoricamente perfilha e torna o fundamento oficial de seu sistema: é o espírito de crítica feita na base da experiência. *Objetividade científica, em suma*” (TORRES, 2018, p. 294, grifo nosso). Tem-se claro que “esse ideal é, em geral, considerado irrealista. Por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados a cor, credo, classe ou sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular” (BURKE, 1992,

p. 15). Naturalmente, há elementos de controle para que esta subjetividade “natural” não destrua o caráter científico da disciplina, porém, tem-se consciência que ele nunca poderá ser eliminado.

Importante ressaltarmos dois elementos. Primeiramente, não se trata de “canonizar” os *Annales* e a Nova História e/ou “demonizar” a corrente metódica de inspiração positivista. Há que se reconhecer as limitações da Nova História. Burke elenca uma série de problemas de definição, fontes, explicação e síntese que atingem essa corrente (BURKE, 1992, p. 19-37). Deve-se reconhecer também a importância da Escola Metódica no momento da institucionalização da História enquanto disciplina acadêmica e no estabelecimento de métodos que conferissem a disciplina um caráter científico.

Em segundo lugar, os *Annales* não foram a única corrente reformadora da historiografia ao longo do século XX. Devemos recordar as importantes contribuições de historiadores marxistas britânicos como Eric Hobsbawm, E. P. Thompson, Christopher Hill, Perry Anderson dentre outros, muitos dos quais reunidos em torno da *New Left Review*.³ Inclusive percebe-se uma série de pontos em comum entre a historiografia marxista e os *Annales*: “muitos conceitos [dos *Annales*] estão assim tão próximos do marxismo, mas como bem observou T. Stojanowich a historiografia marxista ‘é ao mesmo tempo rival e precursora do paradigma dos *Annales*.’” (DOSSE, 2003, p. 97). Ainda nessa linha de raciocínio, temos as memórias de um dos mais proeminentes historiadores britânicos, Eric Hobsbawm, que aponta

a curiosa confluência, via história econômica, frente ao marxismo e a escola francesa. Foi no terreno da história econômica e social, evidente no título-insígnia da *Annales* original que nos encontramos. [...] Devo acrescentar também que foi via história econômica, ou história econômica e social, que se deu a influência e

3 Revista criada em Londres, Inglaterra, em 1960, definida como “A 160-page journal published every two months from London, *New Left Review* analyses world politics, the global economy, state powers and protest movements; contemporary social theory, history and philosophy; cinema, literature, heterodox art and aesthetics. It runs a regular book review section and carries interviews, essays, topical comments and signed editorials on political issues of the day” (Um jornal de 160 páginas publicado a cada dois meses em Londres, *New Left Review* analisa a política mundial, a economia global, poderes do estado e movimentos de protesto; teoria social contemporânea, história e filosofia; cinema, literatura, arte heterodoxa e estética. Ela mantém uma seção regular de resenhas de livros e traz entrevistas, ensaios, comentários de tópicos e editoriais assinados sobre questões políticas da época.) Disponível em: <https://newleftreview.org/pages/about>. Acesso em 09 de jun. 21. Tradução nossa.

relação direta entre o grupo dos *Annales* e a história britânica. [...] Menciono isso de passagem, mas gostaria também de mencionar ainda outra coisa de passagem: o curioso fato também referido por oradores anteriores de que havia uma relação entre os *Annales* e os marxistas. Como diz Peter Burke, em geral os marxistas pensavam estar combatendo do mesmo lado que os *Annales* (HOBSBAWN, 2013, 251-252).

Conforme dito anteriormente, não se pretende esgotar, até porque seria uma tarefa sobre-humana, as discussões acerca das transformações da historiografia no século XX. Trata-se apenas de apontamentos. Além do mais, esses e outros pontos serão retomados à medida em que a análise da relação entre a História e a Ciência da Religião será feita.

2 Alguns pontos em comum entre a História e a Ciência da Religião

Podemos constatar que a História é mais conhecida, para além dos muros acadêmicos, do que a Ciência da Religião. Isso não significa que elementos provenientes desta última não possam ser encontrados em nossa sociedade, mas são frequentemente associados a outras áreas, como a teologia, por exemplo. De certa forma, a CRE, enquanto disciplina acadêmica, ainda é desconhecida de grande parcela da sociedade. Essa diferença pode ser explicada, em parte, porque desde a infância nos acostumamos a História enquanto disciplina escolar. Porém, essa maior popularidade não significa que seu objeto seja bem compreendido. Frequentemente a História é associada ao estudo do passado, do antigo, do velho. Contudo, encontramos uma definição mais precisa em Marc Bloch, um dos fundadores dos *Annales*⁴:

Diz-se algumas vezes: “A história é a ciência do passado.” É no meu modo de ver falar errado. Pois, em primeiro lugar, a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda. [...] Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer:

4 A revista *Annales d'histoire économique et sociale*, foi fundada em 1929 pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, ambos da Universidade de Estrasburgo. A partir dela surge a chamada Escola dos *Annales*, cujas características teóricas e metodológicas foram anteriormente apresentadas. Durante a Segunda Guerra Mundial, Marc Bloch juntou-se à Resistência Francesa, sendo fuzilado pelas tropas nazistas em 1944 (BLOCH, 2001, p. 7-12).

o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. [...] “Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens no tempo”. O historiador não apenas pensa “humano”. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração (BLOCH, 2001, p. 52, 54-55).

A essa definição de “ciência dos homens no tempo” podemos acrescentar a expressão “no espaço”, ficando a História assim definida como a “Ciência dos homens no tempo e no espaço”. A Ciência da Religião por sua vez, pode ser definida como:

[...] um empreendimento acadêmico que, sustentado por recursos públicos, norteado por um interesse de conhecimento específico e orientado por um conjunto de teorias específicas, dedica-se de maneira não normativa ao estudo histórico e sistemático de religiões concretas em suas múltiplas dimensões, manifestações e contextos socioculturais (USARSKI, 2013, p. 51).

As definições acima nos permitem vislumbrar algumas aproximações e distanciamentos. Apesar de objetos diferentes, a primeira aproximação entre os campos se dá justamente no nome, já que a Ciência da Religião, em alguns contextos acadêmicos, é chamada de História da(s) Religião(ões), como por exemplo, na obra de Mircea Eliade.

Sobre este autor, Eduardo R. Cruz afirma: “por mais que se possa criticar sua figura, há de se reconhecer o gênio, a erudição e o papel preponderante de Mircea Eliade na consolidação da disciplina durante seus anos em Chicago” (CRUZ, 2013, p. 38). Eliade, em seu programa de Ciência da Religião, a designa como História da Religião, definição essa que se mantém até hoje, como por exemplo, na principal associação que representa a disciplina, a Associação Internacional para a História das Religiões (IAHR) (CRUZ, 2013, p. 39).

Apesar de sua importância, Eliade não foi o primeiro a utilizar a expressão “História das Religiões”. Segundo Fernando Torres-Londoño “o termo ‘História das Religiões’ teria sido empregado pela primeira vez em 1867 na Alemanha pelo orientalista Max Müller, no âmbito da *Religionswissenschaft*, para denominar uma nova disciplina que estava em fase de construção” (LONDOÑO, 2013, p. 217).

Porém, a nova disciplina pensada por Müller não deveria ser confundida com a História

que, conforme vimos, também estava se consolidando institucionalmente no século XIX:

Embora o foco da disciplina tenha sido a religião desde o início, havia necessidade de especificar a aproximação que se propunha em relação a este objeto, principalmente para diferenciar esta abordagem de uma aproximação confessional. Assim, na conjunção de termos (história e religiões) a denominar a nova área de estudos, embora o peso recaísse sobre o segundo termo, o primeiro define a modalidade de abordagem. Porém, e pelo fato de o objeto de estudo serem as religiões, a disciplina acabou apresentando uma série de particularidades e especificidades que não se observam em outras áreas da história, mesmo que de interseção (LONDOÑO, 2013, p. 218).

Vale lembrar que a Escola Metódica, corrente predominante na historiografia desse período estava focada na política, desconsiderando, *a priori*, a religião dentre seus objetos de interesse.

De acordo com o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente à política. [...] A política foi admitida para ser essencialmente relacionada ao Estado; em outras palavras, era mais nacional e internacional do que regional. No entanto, não incluía a história da Igreja como uma instituição (BURKE, 1992, p. 10).

Se a expressão História da Religião era utilizada para designar a própria Ciência da Religião, também poderia ser empregada para se referir a um ramo específico daquela disciplina. Assim, segundo Frank Usarski, um dos fundadores da CRE, Max Müller “vislumbrou também a organização interna da disciplina no sentido da distinção entre um ramo que se ocupa com as formas históricas da religião e um ramo sistemático interessado na explicação das condições sob as quais as religiões se manifestam” (USARSKI, 2013, p. 58). Com o passar dos anos esse ramo específico passou a ser designado de História da Religião: “na Alemanha, seguindo as formulações de Joachim Wach de 1924, a História da Religião ou Ciência da Religião Histórica seria uma das duas colunas da Ciência da Religião, sendo a outra a Ciência da Religião Sistemática” (LONDOÑO, 2013, p. 219).

Vale lembrar que a expressão “Ciência da Religião Empírica” parece hoje designar

melhor esse ramo do que “Ciência da Religião Histórica”, já que outras subdisciplinas também compõem essa abordagem, como por exemplo a Antropologia ou a Sociologia. Sob essa perspectiva, a História aparece como uma subdisciplina constituinte da CRE; como visto no texto de Rosado, citado anteriormente.

Outro ponto de proximidade entre a História e a Ciência da Religião é a relação, muitas vezes ambígua e problemática, entre a objetividade e subjetividade na produção de conhecimento.

Nesse aspecto é importante ressaltar que ambas as disciplinas tratam de fenômenos concretos. Isso significa dizer que “a Ciência da Religião encontra seus objetos no mundo concreto” (USARSKI, 2013, p. 51), renunciando, portanto, a questão da verdade última, transcendente, metafísica que seus objetos afirmam possuir. Da mesma forma, a História se concentra naquilo que Hobsbawm chama de “supremacia da evidência” em oposição a uma abordagem relativista ao extremo:

É essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência. Se os seus textos são ficções, como o são em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria-prima dessas ficções são fatos verificáveis. O fato de que os fornos nazistas tenham existido ou não pode ser estabelecido por meio de evidências. Uma vez que isso foi assim estabelecido, os que negam sua existência não estão escrevendo história (HOBSBAWN, 2013, p. 371).

Portanto, não cabem aos historiadores as discussões contrafactuais, os famosos “e se...”: E se Hitler tivesse conseguido conquistar a Inglaterra e vencido a Guerra na Europa? E se a Revolução Russa de 1917 não tivesse ocorrido, ou, se os bolcheviques não tivessem tomado o poder na Revolução de Outubro? E se Trotsky tivesse substituído Lenin e não Stalin? Apesar de interessantíssimas, essas discussões não pertencem à História: “Isso não aconteceu, mas para um excelente observador contemporâneo, também parecia muito provável. Como não aconteceu, mesmo os historiadores não podem fazer mais que especulações a respeito” (HOBSBAWN, 2013, p. 336-337).

Já que ambas as ciências têm seus objetos no mundo concreto, ao discutir

a objetividade/subjetividade na Ciência da Religião e na História trata-se, ainda que indiretamente, da influência exercida por ideias e instituições, sobre o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores, bem como a utilização dos conhecimentos produzidos por essas áreas fora do ambiente acadêmico em caráter apologético ou legitimador.

A História muitas vezes é empregada para justificar pretensões, ideologias, regimes etc., ainda que, na maioria das vezes, suas raízes históricas sejam bastante frágeis ou inexistentes:

Se o presente era, em algum sentido, insatisfatório, o passado fornecia o modelo para reconstruí-lo de uma forma satisfatória. Os tempos passados eram definidos – muitas vezes ainda o são – como os bons tempos do passado, e é para lá que a sociedade deveria voltar. Essa concepção ainda está muito viva: no mundo inteiro as pessoas e os movimentos políticos definem a utopia como nostalgia: um retorno à boa e velha moralidade, aquela religião de antigamente, os valores da América das cidadezinhas de 1900, a crença literal na Bíblia ou no Corão – que são documentos antigos – e assim por diante (HOBSBAWN, 2013, p. 46).

Verifica-se isso hoje, em discussões absurdas sobre a Ditadura Cívico-Militar brasileira de 1964-1985, período apresentado por alguns como a “Era de Ouro” do país.

Da mesma forma que a História é empregada, de maneira bastante questionável, digase de passagem, para legitimar ideias e regimes, também a CRE pode cumprir essa função. Nesse sentido, Antônio Flávio Pierucci afirma que “para uma grande parte dos cientistas sociais que estudam religião no Brasil existe uma especial dificuldade de decidir até onde, em seu trabalho intelectual, vai a ciência e até onde vem a religião” (PIERUCCI, 1999, p. 239) e aponta o “risco desta espécie de contaminação religiosa de uma prática intelectual que, a rigor, deveria estar profissionalmente imune àquele ‘sacrifício do intelecto’ que toda religião implica e requer” (PIERUCCI, 1999, p. 247).

O resultado disso seria a produção de apologias e não de trabalhos científicos. Vale lembrar que “a crescente submissão do estudo das religiões ao pensamento científico-racional em desfavor das abordagens apologéticas e exigências dogmáticas” (USARSKI, 2013, p. 52) foi um dos elementos essenciais para a consolidação da Ciência da Religião

enquanto disciplina ainda no século XIX.

Essa discussão é iniciada aqui chamando de “problemática” a relação entre objetividade e subjetividade, tanto para o historiador quanto para o cientista da religião. E isso se explica pelo fato de que, já há bastante tempo, abandonou-se a visão de uma ciência neutra e totalmente objetiva, típica do pensamento positivista, seja essa ciência exata, humana ou biológica.

Uma das grandes transformações promovidas pelos *Annales* foi justamente o reconhecimento da relação entre passado e presente, em que ambos se influenciam mutuamente:

Uma das inovações, essenciais, dos *Annales* da época é o rompimento com a concepção puramente passadista do discurso historiográfico, a correlação passado e presente na construção de uma história que tenha por campo de estudo não somente o passado, mas também a sociedade contemporânea. [...] A interrogação do passado a partir do presente tem para os *Annales* valor heurístico. A história é uma “resposta a perguntas que o homem de hoje necessariamente se põe”. [...] A partir desse valor heurístico do presente, os *Annales* defendem uma concepção relativista do discurso histórico, pois devido ao fato de a história estar mergulhada em seu tempo e imersa nos problemas do presente, temos como resultado uma construção do tempo histórico [...] Trata-se, portanto, de uma construção a ser cada vez descoberta no momento e no lugar em que ela foi enunciada. Cada época constrói sua representação do passado conforme suas preocupações (DOSSE, 2003, p. 99-100, grifos nossos).

Salta aos olhos o uso da expressão “construção” no trecho acima. A História é, portanto, uma construção do presente acerca do passado e não a “descoberta” do passado. A História se move a partir de perguntas feitas no presente, com interesses do tempo presente, partindo de categorias do presente. Assim, historiadores de diferentes gerações ou ideologias chegarão a resultados diferentes, ainda que trabalhem o mesmo tema com as mesmas fontes.

Naturalmente é verdade que a inseparabilidade da historiografia em relação à ideologia e política correntes – toda história, como dizia Croce, é história contemporânea – abre as portas para o mau uso da história. Os historiadores não ficam nem podem ficar do lado de fora de seu objeto como observadores objetivos e analistas *sub specie aeternitatis*. Todos nós estamos mergulhados nas suposições do nosso tempo e lugar, mesmo quando praticamos algo tão apartado das paixões públicas atuais quanto a edição de textos antigos (HOBSBAWN, 2013, p. 377).

Devemos lembrar, ainda, que os historiadores trabalham apenas com vestígios parciais desse passado, ou seja, além das novas perguntas sempre é possível que surjam novas fontes:

Os arquivos revolucionários franceses mantiveram os historiadores ocupados durante duzentos anos, e não há nenhum indício de que os retornos estejam decrescendo. Mal estamos começando a escalar o Himalaia de documentação dos arquivos soviéticos. Portanto, não é possível uma história definitiva (HOBSBAWN, 2013, p. 332).

Diante de tudo isso podemos afirmar a impossibilidade de se cumprir a proposta rankeana de apresentar os fatos “como eles realmente aconteceram”. Até porque a própria noção de “fato histórico” não é universal, mas sim uma construção do historiador e dependente do seu contexto (KARNAL; TATSCH, 2009, p. 9-28). Talvez o 04 e 14 de julho ou 07 de setembro⁵ signifiquem muito pouco, ou mesmo nada, para o habitante do interior da Mongólia. Se isso se dá na História, que na maioria dos casos lida com o passado, como seria possível cobrar objetividade da Ciência da Religião?

Ora, como equacionar (se é que seja possível) a relação objetividade/subjetividade nessas duas disciplinas? Como diferenciar a História da crônica ou da memória, e a Ciência da Religião da apologia ou da criptoteologia?

Pierre Bourdieu, ao tratar da pertença religiosa dos sociólogos da religião afirma que

5 Independência dos Estados Unidos da América, Queda da Bastilha e Independência do Brasil, feriados nacionais nos EUA, França e Brasil, respectivamente.

“a sociologia dos determinantes sociais da prática sociológica aparece como único meio de acumular, diferentemente das conciliações fictícias do jogo duplo, as vantagens de se pertencer a um campo, de se partilhar dele, e as vantagens da exterioridade, do corte e da distância objetivante” (BOURDIEU, 1990, p. 113). Na mesma linha, Pierucci afirma que a maneira de se evitar a contaminação dos estudos sobre religião pelos pesquisadores religiosos não é excluindo estes últimos, mas sim assumindo “bem-analisadamente a própria pertença religiosa. Objetivá-la, torná-la objeto, submetê-la a um esforço de objetivação reflexiva sem complacência” (PIERUCCI, 1999, p. 276-277). Vale recordar que um dos elementos constitutivos da *second-order tradition*,⁶ ou seja, dos diferenciais da Ciência da Religião em relação a outras disciplinas, é justamente o agnosticismo metodológico proposto por essa (USARSKI, 2013, p. 58).

É bem verdade que Steven Engler e Michael Stausber apontam para um relativo “descaso” dos cientistas da religião sobre a questão do método,

As discussões sobre métodos e metodologia são raras na Ciência da Religião, seja no Brasil ou no exterior, seja nas revistas acadêmicas, congressos, livros textos, ou Programas que tratam desta área. Nisso a Ciência da Religião distingue-se, de uma maneira até vergonhosa, das outras ciências humanas e sociais (ENGLER; STAUSBER, 2013, p. 63).

Por dois motivos não seremos tão duros quanto os autores acima, embora se reconheça a pertinência do fato por eles apresentado. Primeiramente, porque a natureza interdisciplinar da Ciência da Religião permite que ela se aproprie dos métodos próprios e das discussões metodológicas de suas “subdisciplinas” sem maiores celeumas. Em segundo lugar, porque também na História a questão do método é bastante discutida. A expansão vertiginosa de temas e fontes promovida pela historiografia do século XX levantou uma

⁶ “A diferença entre a Ciência da Religião e outras disciplinas engajadas no estudo das religiões se dá no sentido de uma determinada *tradição da segunda ordem*, isto é, uma visão coletiva das principais escolas de interpretação, métodos operacionais, herança de erudição e sobretudo, uma memória vital compartilhada das maneiras mediante as quais todos esses fatores constitutivos são inter-relacionados. Na prática acadêmica da comunidade científica em questão, a compartilhada *tradição da segunda ordem* manifesta-se em um consenso sobre a legitimidade ou não de um problema de pesquisa do ponto de vista disciplinar” (USARSKI, 2013, p. 52, grifos do autor).

série de questões ainda mal resolvidas, como os problemas de síntese, fonte, explicação e definição apresentados por Burke anteriormente. Nas palavras daquele autor,

A expressão 'história vista de baixo' parece oferecer uma escapatória a essas dificuldades, mas gera problemas próprios. Ela muda seu significado em contextos diferentes. [...] Uma história da Igreja vista de baixo deveria encarar a religião do ponto de vista do leigo, seja qual for a sua condição social? (BURKE, 1992, p. 22).

Por outro lado, há de se reconhecer que o debate dessas questões aponta para o dinamismo e a vitalidade de ambas as disciplinas.

Outro aspecto que aproxima as duas disciplinas é a concepção relativista da historiografia contemporânea, como apresentado na última citação de François Dosse. Para Peter Burke, "o relativismo cultural aqui implícito [na Nova História] merece ser enfatizado. A base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída." (BURKE, 1992, p. 11). Foi essa premissa que permitiu que acontecimentos antes dados como "naturais" ou "universais", como o nascer, o morrer, a infância, o medo etc. pudessem ser entendidos como possuidores de características mutáveis ao longo do tempo e do espaço; o que os tornaram objeto de interesse do historiador.

Tomemos como exemplo a história da morte. Naturalmente a morte, enquanto cessação, término, extinção da vida, é um fato biológico compartilhado por todos os seres humanos em todos os tempos e lugares, ou como poeticamente escreveu Ariano Suassuna no *Auto da Compadecia*: "único mal irremediável, aquilo que é a marca do nosso estranho destino sobre a terra, aquele fato sem explicação que iguala tudo o que é vivo num só rebanho de condenados, porque tudo o que é vivo, morre" (SUASSUNA, 2021).

Contudo, a morte é lida e compreendida a partir de inúmeros elementos culturais, variáveis ao longo do tempo e espaço. A "boa morte" do medieval não é a morte esperada pelo homem contemporâneo, ou ainda, a vivência do luto não é a mesma no ocidente e no extremo oriente. É partindo desse relativismo cultural que surgiram obras como a *História da Morte no Ocidente* de Philippe Ariès (ARIÈS, 2003).

Também vislumbramos esse relativismo na Ciência da Religião. Conforme visto, essa disciplina se dedica ao "estudo histórico e sistemático de religiões concretas em suas múltiplas

dimensões, manifestações e contextos socioculturais.” (USARKI, 2013, p. 51). Tomar religiões concretas implica em, necessariamente, abandonar perspectivas universalizadoras, haja vista a pluralidade de fenômenos categorizados como “religiosos”. É bem verdade que autores clássicos e algumas correntes contemporâneas da disciplina buscavam (e ainda buscam) os “elementos essenciais por detrás das manifestações históricas, basicamente elementos do sagrado (arquétipos) por detrás de suas hierofanias” (CRUZ, 2013, p. 39), porém já é bastante consolidada a crítica a conceitos universalizadores como o Sagrado substantivado ou mesmo a ideia de Religião.

Um último elemento comum entre a História e a Ciência da Religião: o caráter interdisciplinar de ambas. A interdisciplinaridade é uma das principais características da Ciência da Religião. Tanto que, talvez, uma das principais dificuldades dessa disciplina seja justamente se mostrar como uma unidade e não como um agrupamento de estudiosos de outras áreas, reunidos em torno do objeto “religião”. Percebe-se isso de forma evidente nos debates acerca da nomenclatura “Ciência” ou “ciências” da Religião.

A História por sua vez também se abriu para as outras disciplinas ao longo do século XX. A emergência de novos interesses, temas e objetos levou necessariamente a um maior diálogo com outras áreas. A história econômica dos *Annales* e dos marxistas britânicos levou a um maior diálogo com a Economia e com a Demografia. O relativismo cultural por sua vez, levou ao um maior contato com a Antropologia. Lucien Febvre em *Martinho Lutero, um destino*, aproxima a História da Psicologia. Já Braudel em seu *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II* o faz com a Geografia, e assim infinitamente.

Ambas as áreas reforçam suas particularidades. Dosse define a História como “O estudo de uma duração, global, com o homem no centro e preocupando-se essencialmente com as mudanças: eis aquilo que as outras ciências sociais, com exceção da história, não podem reivindicar” (DOSSE, 2003, p. 145). Usarski por sua vez compreende a Ciência da Religião “no sentido de produção de um conhecimento específico não fornecido por nenhuma outra disciplina acadêmica” (USARSKI, 2013, p. 52).

Apesar dessas afirmações, percebe-se na literatura sobre essas duas áreas aquilo que Peter Burke chamou de “problemas de síntese” (BURKE, 1992, p. 35-37), ou seja, o risco de fragmentação interna da disciplina, a ausência de uma unidade mínima, de elementos

comuns entre pesquisadores da mesma área.

No campo da História, Burke afirma que:

Embora a expansão do universo do historiador e o diálogo crescente com outras disciplinas, desde a geografia até a teoria literária, certamente devam ser bem-vindos, esses desenvolvimentos têm seu preço. A disciplina da história está atualmente mais fragmentada que nunca. Os historiadores econômicos são capazes de falar a linguagem dos economistas, os historiadores intelectuais, a linguagem dos filósofos, e os historiadores sociais, os dialetos dos sociólogos e dos antropólogos sociais, mas estes grupos de historiadores estão descobrindo ser cada vez mais difícil falar um com o outro (BURKE, 1992, p. 35).

A mesma questão pode ser percebida no texto de Cruz acerca da Ciência da Religião no Brasil:

Falo mais aqui da dificuldade, em termos epistemológicos e por causas institucionais perfeitamente compreensíveis, de dialogar com dois grupos de disciplina: de um lado, a Teologia e a Filosofia da Religião (muitas vezes carregando um viés apologético), e de outro, as Ciências Sociais. Isso porque aqui falamos não de diálogo entre diferentes departamentos e programas, mas mais de subdisciplinas que se inserem no mesmo lócus institucional, alternando entre situações de convivência (quase) pacíficas e hostilidade envergonhada (CRUZ, 2013, p. 45).

Portanto, se a interdisciplinaridade constitui uma característica em comum, ela também se revela um problema em comum entre a História e a Ciência da Religião.

CONCLUSÃO

Em nosso percurso partimos de uma vivência pessoal, a partir da qual podemos vislumbrar alguns aspectos da relação entre a História e a Ciência da Religião. Apenas vislumbrar, não encerrar. Naturalmente cada um dos pontos aqui levantados merecem discussões muito mais amplas do que estas poucas linhas. Optamos por nos concentrar naquilo que aproxima as duas áreas do que aquilo que, eventualmente, as afastam.

Por ser um texto da Ciência da Religião optamos por nos concentrar no desenvolvimento da historiografia, já que o percurso da CRE é conhecido pelo leitor. A fim de corroborar nossas ideias, recorremos a textos de pesquisadores renomados em ambas as áreas. Retornar às discussões metodológicas é sempre necessário. Seria a História da Religião uma subdisciplina da História ou seria a História uma subdisciplina da Ciência da Religião? Talvez dependa do lugar ocupado pelo pesquisador na Academia. Talvez necessitemos repensar o encastelamento, ou a concentração em si mesma de cada disciplina. Contudo essas questões excedem o que foi aqui proposto.

Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Sociólogos da crença e crenças de sociólogos. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências sociais a Longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CRUZ, Eduardo R. Estatuto epistemológico da Ciência da Religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013.

DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003.

ENGLER, Steven; STAUSBERG, Michael. Metodologia em Ciência da Religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013.

HOBBSAWN, Eric. A História Britânica e os Annales: um comentário. In: HOBBSAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBBSAWN, Eric. Não basta a História de Identidade. In: HOBBSAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBBSAWN, Eric. O que a História tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea. In: HOBBSAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBBSAWN, Eric. Podemos escrever a História da Revolução Russa? In: HOBBSAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: MARTINS, Ana Luiza et al. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LONDOÑO, Fernando Torres. História das Religiões. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013.

New Left Review. Disponível em: <https://newleftreview.org/pages/about>. Acesso em: 9 jun. 2021.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Sociologia da religião: área impuramente acadêmica. In: *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré; ANPOCS; CAPES, 1999.

ROSADO, Maria José. Introdução à Parte II. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013



SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecia*. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/ariano-suassuna/textos-escolhidos>. Acesso em: 9 jun. 2021.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *O Positivismo no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições da Câmara, 2018.

USARSKI, Frank. História da Ciência da Religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013.

Recebido em 13/12/2021

Aprovado em 24/07/2022